



Kleber Lima/Agência Senado



Os juristas voltam a se reunir hoje para discutir penas a outros tipos de crimes

Pena para abuso de autoridade pode chegar a 5 anos

Comissão que prepara anteprojeto de novo Código Penal sugere também fim da pena de prisão para furto simples quando a vítima aceitar apenas reparação do dano

Juristas que elaboram para o Senado mudanças nas leis penais aprovaram propostas na sexta-feira e devem entregar o anteprojeto até o fim de maio.

Entre as sugestões, está a inclusão, no

crime de tráfico de pessoas, do trabalho em condições de escravidão e da compra de órgãos do corpo humano. Já oferecer bebida a crianças e adolescentes poderá ser punido com até 2 anos de prisão. **4**

Waldemir Barreto/Agência Senado



CPI deve ser instalada amanhã; Vital preside

O senador Vital do Rêgo aceitou indicação do PMDB e será o presidente da CPI do Cachoeira, que será instalada amanhã no Congresso Nacional. **3**

Congresso homenageia hoje os 50 anos da UnB

Com sessão solene marcada para as 11h, o Congresso faz homenagem à Universidade de Brasília, que completou 50 anos no sábado. Comemoração inclui lançamento de revista e apresentação de livro na Biblioteca do Senado. **2**

Com quatro *campi* no DF, como o do Plano Piloto, UnB oferece 105 cursos de graduação, 147 de pós e 22 especializações para cerca de 40 mil alunos



Emílio Silvestre/Agência UnB

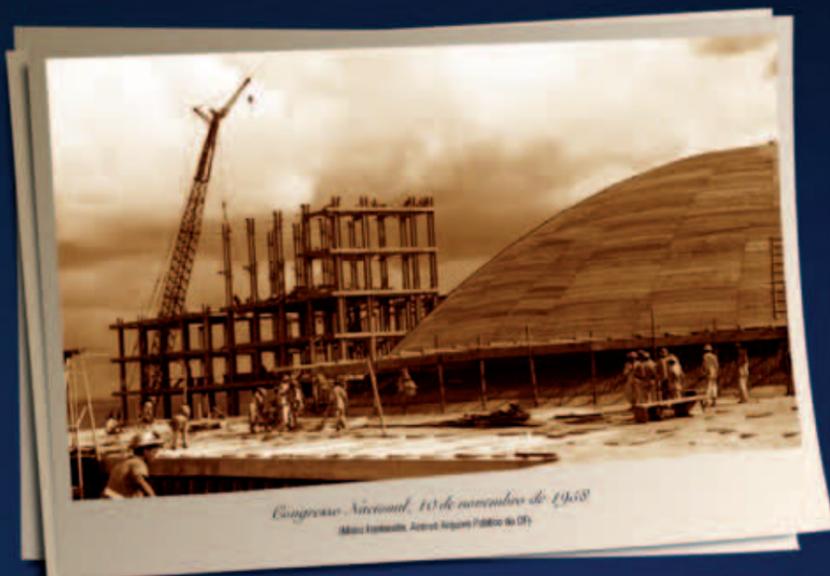
Íntegra da Constituição é destaque na Bienal do Livro **4**

Mozarildo defende bicameralismo no Congresso **3**

Senador lembra os 52 anos da inauguração de Brasília **4**

Há 52 anos,
o Brasil se reúne
aqui para
construir o Brasil.

Parabéns, Brasília!



Congresso Nacional, 10 de novembro de 1958
Museu Esplanada, Arquivo Registro Público do DF

Seccs | Supres - Criação e Marketing

Além da solenidade, que começa às 11h, também há evento previsto para a Biblioteca do Senado. Uma das principais instituições de ensino brasileiras, UnB foi palco de fatos marcantes na história recente do país

Congresso lembra 50 anos da UnB com sessão solene

OS 50 ANOS da Universidade de Brasília (UnB) serão comemorados hoje pelo Congresso Nacional, em sessão solene, a partir das 11h, no Plenário do Senado. Um vídeo da UnBTV abrirá o encontro. Em seguida, o coral da universidade apresentará o Hino Nacional e mais duas músicas, antes da parte dedicada aos discursos.

Mais tarde, às 18h30, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado, as comemorações continuam. Estão agendados o lançamento de edição especial da revista *Darcy*, produzida pela UnB, e a apresentação do livro *Universidade de Brasília*, organizado em 1962 pelo antropólogo e

ex-senador Darcy Ribeiro, um dos fundadores e primeiro reitor da instituição. A revista traz uma edição dedicada ao aniversário e o livro está sendo reeditado por conta das comemorações.

— Queremos que a parceria com o Congresso ultrapasse a sessão solene e continue ao longo do ano com outros eventos — disse ao **Jornal do Senado** o professor Fernando Oliveira Paulino, da Faculdade de Comunicação da UnB e coordenador executivo da comissão UnB 50 anos.

Além da sessão solene, estão previstos para 2012 exposições, lançamentos de livros e seminários nas duas Casas

do Congresso. Na Câmara, foi formado inclusive um grupo de trabalho para programar as atividades.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-reitor da instituição e um dos autores do requerimento para a sessão especial, ao lado da deputada Érika Kokay (PT-DF), preparou o texto “Um presente para a UnB”, que será distribuído na solenidade.

“A universidade deve ser o local da elite intelectual, comprometida com as massas sociais. Jamais uma instituição de massificação, de baixa qualidade e rigor intelectual de seus membros”, diz um trecho do documento.



Auditório lotado em debate na UnB: universidade oferece 105 cursos de graduação, 147 de pós e 22 especializações

De 400 estudantes a 40 mil em 5 décadas

Inaugurada em 21 de abril de 1962, quando Brasília contava 2 anos, a UnB iniciou suas atividades com apenas 413 estudantes, matriculados em três áreas de estudo: Arquitetura e Urbanismo; Letras Brasileiras; Direito, Administração e Economia.

A reitoria ficava no prédio do Ministério da Educação e as primeiras salas de aula, no 9º andar do Ministério da Saúde.

Os alunos de Arquitetura e Urbanismo também frequentavam os canteiros de obras das primeiras construções da cidade.

Hoje, a UnB conta com quase 31 mil alunos regulares, 8,9 mil de pós-graduação, 1,6 mil professores e 6 mil servidores. Tem 105 cursos de graduação, 147 de pós e 22 especializações espalhados em quatro *campi* no Distrito Federal.

Ao longo de sua história, a UnB também foi cenário de fatos marcantes para o país. Acusados de subversivos, estudantes e professores foram perseguidos pelo regime militar instaurado em 1964.

Vinte anos depois, acompanhando a redemocratização, a comunidade universitária elegeu reitor, pelo voto direto, o professor e atual senador Cristovam Buarque.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH: Acidente de trabalho

10h Os ministros do Trabalho, Paulo Roberto; da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; e da Saúde, Alexandre Padilha, debatem acidentes de trabalho.

CÓDIGO PENAL: Administração pública

10h A comissão de juristas que elabora anteprojeto de Código Penal debate os crimes contra a administração pública.

CONGRESSO: 50 anos da UnB

11h Sessão solene do Congresso em comemoração aos 50 anos de fundação da Universidade de Brasília.

CRE: Conselho de Segurança

18h A Comissão de Relações Exteriores discute acordos bilaterais, atuação em organizações internacionais e ingresso do país no Conselho de Segurança da ONU.

TERÇA

AVIAÇÃO CIVIL: Táxi-aéreo

9h A Subcomissão sobre a Aviação Civil debate políticas públicas para táxis-aéreos. Entre os participantes, representante das empresas do setor.

CE: Ministra Ana de Holanda

10h A Comissão de Educação e Cultura faz audiência sobre o Ecad. Também ouve a ministra da Cultura, Ana de Holanda.

CAE: Impressoras braille

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina isenção do Imposto de Importação e do IPI incidentes sobre impressoras de caracteres braille.

CAS: Ministro Alexandre Padilha

11h A presença de médicos nos municípios é tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais, que vai ouvir o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

CMA: Cadastros de consumo

11h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto sobre acesso a cadastros de consumo pela internet.

CPI DO ECAD: Relatório final

14h Apresentação do relatório final da CPI criada para investigar possíveis irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

SEGUNDA

MERCOSUL: Transporte fluvial

14h Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para analisar relatório que trata do acordo sobre transporte fluvial entre Brasil e Uruguai.

QUARTA

ÁGUA: Debate em subcomissão

8h30 A Subcomissão Permanente da Água realiza audiência para debater a gestão de águas transfronteiriças.

CCT: Terras raras

9h O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Cláudio Scliar, participa de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia para discutir a exploração de terras raras.

CAS: Abandono de emprego

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa o abandono de emprego e a ausência ao trabalho para acompanhar dependente com deficiência.

CCJ: Eleições primárias

10h Projeto em exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania disciplina eleições primárias para escolha de candidato à Presidência da República.

FGTS: Remuneração das contas

14h A Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço debate mudança da taxa de remuneração das contas vinculadas.

COPA 2014: Lei Geral

14h Audiência pública na Comissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 debate a Lei Geral da Copa.

CLIMA: Cidades sustentáveis

14h A Comissão sobre Mudanças Climáticas realiza audiência sobre cidades sustentáveis no contexto da mudança do clima.

QUINTA

CAS: Justiça do Trabalho

9h Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais sobre cumprimento de sentenças e execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

CMA: Código Florestal

10h As comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara realizam audiência pública sobre os impactos da aplicação do novo Código Florestal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Protesto contra descaso das teles em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou “os péssimos serviços que prestam as operadoras de telefonia” e protestou contra o descaso contra a população de Roraima.

— Se o serviço é ruim aqui em Brasília, se é ruim lá no Rio de Janeiro, imagine lá no meu estado — afirmou.

De acordo com o senador, são frequentes os problemas enfrentados pelos usuários de telefonia móvel e as interrupções dos serviços de internet.

— A propaganda na TV é enganosa. Diz que você vai ter pacote tal, por preço tal e vai ter internet rápida, com ligação rápida, mas isso não acontece — disse.

Ele anunciou que pretende entrar com ação judicial contra as empresas e apresentar requerimento para que o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e os presidentes das operadoras sejam chamados a dar explicações em audiência pública no Senado.

Os rumos da política externa em debate às 18h

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) debate hoje, às 18h, os rumos e as prioridades da política externa brasileira, por iniciativa de Fernando Collor (PTB-AL), presidente do colegiado.

Entre os convidados, estão os embaixadores Luiz Felipe Lampreia e Roberto Abdenur, o cientista social Oliveiros Ferreira e o diretor do Departamento de Relações Internacionais da Fiesp, Thomaz Zanotto.

Senador Vital do Rêgo aceita a presidência, e líderes partidários anunciam aos poucos os nomes dos 30 titulares e 30 suplentes

Integrantes da CPI do Cachoeira serão oficializados amanhã

A PRESIDÊNCIA DA comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investigará as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados ficará a cargo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que aceitou o convite feito pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). A relatoria, outro cargo importante da comissão, ficará com um deputado do PT, ainda a ser escolhido pela legenda. Os integrantes serão oficializados amanhã, em reunião às 19h30.

— É missão do partido, não tinha como negar. Nesta segunda-feira, vamos fazer uma reunião para começar a traçar uma estratégia de atuação — afirmou Vital.

Enquanto isso, as lideranças no Senado vão confirmando



Vital do Rêgo aceitou indicação do PMDB para ser o presidente da CPI mista

aos poucos seus integrantes. O bloco da minoria já confirmou Alvaro Dias (PSDB-PR), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Jayme Campos (DEM-MT). O bloco União e Força (formado por PTB, PR e PSC) terá Fernando Collor (PTB-AL) e Vicentinho Alves (PR-TO).

Também foram indicados Ciro Nogueira (PP-PI), Pedro Taques (PDT-MT), Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), sendo que esses três últimos devem entrar como suplentes em vagas cedidas pela Minoridade. No PT, o líder do partido, Walter Pinheiro (BA), ainda

não apresentou nomes.

De acordo com a presidente em exercício do Congresso, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), os líderes têm até o início da reunião para indicar os 15 senadores, 15 deputados e 30 suplentes que vão fazer parte da comissão.

Com adesão de 337 deputados e de 72 senadores, o requerimento para criação da CPI mista foi lido durante sessão conjunta do Congresso na quinta-feira. Com esse ato, o colegiado foi automaticamente criado. Na reunião de amanhã, serão lidos os nomes indicados e convocada uma outra reunião para instalação da CPI mista, quando ocorrerá a eleição do presidente, a escolha do relator e o início dos trabalhos.

Requião propõe acareação de governador do Paraná com dono de loteria

Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu que a CPI investigue supostos investimentos dos contraventores do jogo na campanha para o governo do Paraná em 2010. Ele propôs que o governador paranaense, Beto Richa, seja chamado à CPI para uma acareação com Roberto Coppola, dono da loteria Larami, que também teria como sócio Carlinhos Cachoeira, de acordo com o senador.

Requião disse esperar que Richa explique os entendimentos com Coppola e a razão pela qual, a cinco dias da eleição, ele recebeu “o representante do jogo organizado e da corrupção de políticos”.

— Eu pisei no rabo do gato, divulgando para o Brasil todo,



Senador acha que CPI deve investigar verbas da campanha de Beto Richa

pela internet e na tribuna, com a força da TV Senado, os documentos de e-mails capturados pela Polícia Federal, que já são públicos. Um jornal de Goiás publicou, e a *Gazeta do Povo* do Paraná publicou também, os desaforos e as agressões a mim e o elogio ao governador atual do Paraná — acrescentou.

O senador acusou o secretário da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully, de mentir ao dizer que Requião recebeu bicheiros no Palácio Iguazu, quando foi governador.

Simon volta a pedir garantia de vida para Carlinhos Cachoeira

Reforçando manifestação feita no Conselho de Ética, Pedro Simon (PMDB-RS) pediu na sexta-feira que seja garantida a segurança de Cachoeira, preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília.

— O senhor Cachoeira é uma bomba ambulante — disse Simon, ao opinar que o contraventor guardaria muito mais informações do que as reveladas nas gravações feitas pela Operação Monte Carlo, da Polícia Federal.

O senador fez um paralelo com o caso de Paulo César Farias, o PC, tesoureiro do então candidato a presidente Fernando Collor. PC foi apontado como responsável por um esquema de desvio de recursos públicos.



Pedro Simon diz que o contraventor é uma “bomba ambulante”

— Ele também era um arquivado ambulante, todos tinham medo do que ele iria dizer, e foi assassinado. Cachoeira está em situação mil vezes mais complicada — afirmou.

Ele disse que Cachoeira está na origem das denúncias do escândalo revelado em 2005, de compra de votos de parlamentares, conhecido como mensalão, e fez um apelo à presidente Dilma Rousseff para que não proteja os envolvidos no caso Cachoeira.

— Seja firme, presidenta Dilma! — recomendou.

Mozarildo defende o Congresso composto por duas Casas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu semana passada o sistema bicameral adotado pelo Brasil, em especial a importância do Senado para o equilíbrio federativo. A defesa foi feita durante pronunciamento com base em nota informativa da Consultoria Legislativa da Casa feita a pedido do próprio senador. O estudo compara os modelos adotados no mundo e aponta que o bicameralismo é mais frequente em países com grande território, com populações heterogêneas e de maior tradição democrática. Já o unicameralismo está vinculado a três variáveis: pequena área territorial, populações

homogêneas e democracias menos consolidadas.

Apontando o viés “nocivo” da imprensa em torno do tema, Mozarildo lamentou os comentários e notícias defendendo a extinção do Senado. Para o senador, essa corrente desconhece a história, a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. Ele acredita que esse pensamento está ancorado em uma concepção “restrita e arcaica” da democracia, em que o importante é submeter-se unicamente à vontade da maioria.

A história vem demonstrando, segundo Mozarildo, que o simples atendimento do interesse majoritário não



Bicameralismo garante a isonomia dos estados, afirma Mozarildo

é suficiente para o bom funcionamento da democracia e que, tão importante quanto o respeito à vontade das maiorias, é a manifestação política das diferenças, o caminho natural para a proteção dos direitos das minorias.

— Justamente por assim ser é que as segundas câmaras, como é o caso do Senado, passaram a expressar as diferenças territoriais e administrativas e, por seu intermédio, as mais diversas diferenças regionais e os distintos estágios de desenvolvimento social e econômico.

Mozarildo justifica a necessidade de duas Casas legislativas para que as representações minoritárias tenham um mecanismo de oposição de veto. A função revisora que uma segunda câmara desempenha também foi lembrada como fundamental, além de atribuições privativas como o controle da dívida pública

e a aprovação da escolha e o julgamento de autoridades.

Mozarildo afirmou que o Senado, com representação igualitária de três senadores por estado, cumpre ainda a missão de promover e assegurar a isonomia. Para ilustrar como os estados com economia mais fraca e menos populosos seriam prejudicados sem esse equilíbrio, ele lembrou que, na Câmara, o estado de São Paulo tem 70 deputados, mais que a soma de todos os deputados da região Norte. Lembrou também que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais têm, juntos, metade da bancada de deputados da Câmara.



Senador cita recomendações da ONU para questões sobre o uso da água

Raupp comenta relatório sobre recursos hídricos

As questões relacionadas ao uso da água exigem aumento da capacidade técnica, melhor informação científica e gerencial, esclarecimento dos tomadores de decisão, democratização e diversificação dos fóruns de discussão e, especialmente, a busca de soluções inteligentes e inovadoras. Essas são, segundo Valdir Raupp (PMDB-RO), recomendações da ONU no 4º Relatório Mundial sobre Desenvolvimento de Recursos Hídricos, lançado no 6º Fórum Mundial de Águas, entre 12 e 17 de março, França.

Raupp disse que o Senado tem participado ativamente da discussão com a criação da Subcomissão Permanente da Água, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Wellington Dias: semiárido exige educação específica

Wellington Dias (PT-PI) destacou sexta-feira a importância de uma educação específica para a população nordestina que vive no semiárido, até para aproveitar melhor o potencial econômico da região.

— A população precisa ser qualificada desde a infância para a convivência com o semiárido — declarou.

Dessa forma, explicou o senador, as pessoas podem ter consciência das microbacias hidrográficas em que vivem, perceber a importância dos rios e das águas subterrâneas e distinguir quais plantas e animais se adaptam melhor à região. Segundo ele, essa aposta na educação já rende resultados práticos em alguns municípios do estado, onde aumenta a produção de caprinos e a criação de abelhas.



Wellington sugere aproveitamento melhor dos recursos da região

Juristas que elaboram mudanças no Código Penal pretendem evitar que quem subtrai biscoitos, por exemplo, aumente a “escola do crime” nas prisões. Para abuso de autoridade, pena pode chegar a 5 anos

Pena menor para furto e maior para autoridades

A COMISSÃO DE juristas criada pelo Senado para propor mudanças no Código Penal pretende reduzir a pena para furtos menos ofensivos, como o de um pacote de biscoitos, e aumentar para abuso de autoridade, passando dos atuais 6 meses de prisão para de 2 a 5 anos atrás das grades. As propostas foram aprovadas na sexta-feira.

A intenção com o fim da prisão para furtos simples de coisa de pequeno valor praticados sem violência por réus primários é evitar que autor de crime de menor potencial lesivo vá para prisões lotadas e engrosse a “escola do crime”. — A clientela que procuramos atender é essa que furta um frasco de xampu, que tantas vezes fica presa mais de 1 ano — disse o procurador Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, relator da comissão.

Essa extinção de punibilidade se aplica nos casos em que a vítima do furto simples aceitar a reparação do furto e considerar desnecessária a proposição de ações na Justiça. Atualmente, essa é uma decisão que cabe ao Ministério Público, sem considerar a vontade da pessoa prejudicada.

Nas demais condições de furto simples, o autor poderá pegar reclusão de 6 meses a 3 anos, mas valendo a hipótese de reparação e extinção da punição. Atualmente, a pena para os furtos simples vai de



Presidente da comissão, Gilson Dipp, conversa com o relator, Luiz Carlos Gonçalves

1 a 4 anos de reclusão.

Há ainda a previsão de crimes de furto qualificado, com penas de 2 a 8 anos, e uma nova situação, o furto com uso de explosivo ou outro meio que cause risco público, como o furto de caixas eletrônicos de bancos. Nesses casos, a pena será de 4 a 10 anos de reclusão.

Revista em presídio

Sobre o abuso de autoridade, Gonçalves explicou que são atos injustificados de violação dos direitos fundamentais do cidadão por servidor ou autoridade — de um funcionário burocrático a um delegado de polícia ou juiz. Isso inclui o uso desnecessário de algemas.

Segundo o advogado Marcelo Leal, uma das formas de abuso mais recorrentes é obrigar esposas, mães e irmãs de presidiários a passarem por revistas invasivas e vexatórias nos presídios. Ele explicou que

a revista deve ser aplicada ao preso, após as visitas.

— Obrigar uma mulher a ficar nua e fazer agachamento no espelho é inadmissível — ressaltou o advogado.

A comissão propõe ainda a ampliação da definição do tráfico de pessoas para além dos fins de exploração sexual. Passa a incluir o trabalho em condições análogas à de escravo e a compra de órgãos e tecidos do corpo humano. A pena vai de 4 a 10 anos.

— Na nossa proposta, quem vende o próprio órgão não pratica crime, mas quem compra, sim — disse Gonçalves.

O texto mantém quase totalmente a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas oferecimento de bebida e outras substâncias que causem dependência poderá ser punida com pena de 1 a 2 anos.

Os juristas voltam a se reunir hoje e devem entregar o anteprojeto até o fim de maio.



Rodrigo Rollemberg acredita no fortalecimento da cidade

Rollemberg: Brasília chega aos 52 anos em estado de alerta

Brasília completou 52 anos, sábado, em estado de alerta. A avaliação foi feita pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), esperançoso de que denúncias de corrupção e disparidades socioeconômicas estimulem o fortalecimento da cidade.

— Não podemos permitir que o sonho original seja lembrado como vaga lembrança de utopia abortada — alertou.

A importância da cidade para o desenvolvimento do Centro-Oeste e Norte foi reconhecida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que protestou contra a tentativa de atribuir a Brasília a pecha de “sede dos corruptos”, e Ana Amélia (PP-RS) disse ter valido deslocar a capital para o interior.

Hoje o Senado faz sessão de homenagem aos 50 anos da Universidade de Brasília (UnB).

Ana Amélia pede regulamentação de Fundo Catástrofe

Ana Amélia (PP-RS) lamentou que o Fundo de Catástrofe, criado em 2010, não tenha sido regulamentado ainda. Instrumento de política agrícola, o fundo dará cobertura às seguradoras e resseguradoras em caso de catástrofes climáticas. Ana Amélia explicou que hoje a cobertura do seguro rural atinge apenas 10% da área plantada no país.

— A possibilidade de grandes prejuízos por causa dos problemas climáticos e a falta de garantias financeiras afastam as companhias seguradoras dos negócios rurais — alertou.

A senadora também lamentou a corrupção do país. Segundo disse, o dinheiro público desviado seria suficiente para socorrer os agricultores brasileiros.



Ana Amélia também lamentou o desvio de recursos públicos no país



Estande do Senado na 1ª Bienal Brasil do Livro, em Brasília: visitantes puderam acessar mais de 100 publicações

Constituição é destaque na Bienal do Livro

A íntegra da Constituição federal e da Lei Maria da Penha e os livros *Por que construí Brasília*, *O velho Senado* e *A campanha de Canudos* foram os mais procurados pelos visitantes do estande do Senado Federal na 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura, que será encerrada

hoje em Brasília.

O estande apresenta os mais de cem títulos publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, seja por meio do Conselho Editorial — obras raras reeditadas para recuperar e preservar a história brasileira —, seja pela Subsecretaria de

Edições Técnicas — legislação atualizada.

A qualidade das publicações, o preço acessível e os temas abordados receberam elogios dos visitantes. No evento, também foi divulgado o 5º Concurso de Redação do Senado (www.senado.gov.br/jovensenador).